

CONVERGINDO A SUSTENTABILIDADE E INTELIGÊNCIA PARA O CONCEITO DAS CIDADES AMIGAS DE TODAS AS IDADES

TATIANA FRADE MACIEL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

LEIDES BARROSO AZEVEDO MOURA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

CONVERGINDO A SUSTENTABILIDADE E INTELIGÊNCIA PARA O CONCEITO DAS CIDADES AMIGAS DE TODAS AS IDADES

Resumo:

O estudo utiliza o método de revisão narrativa da literatura objetivando analisar os desafios para o planejamento de um espaço urbano que tenha o intuito de agregar conceitos como sustentabilidade, docilidade ambiental, acessibilidade, tecnologia da informação, mobilidade urbana, área verde, saúde e bem-estar. Os resultados são apresentados em 3 categorias temáticas: a primeira discute alguns tensionamentos teóricos relacionados aos diversos conceitos e propostas de cidade; a segunda analisa a Cidade Amiga de todas as idades como uma convergência de vários conceitos cunhados para o aprimoramento do espaço urbano e a terceira problematiza déficits estruturais no Brasil que precisam ser priorizados como base na transformação das cidades e ambientes sociáveis. O Brasil protagoniza cenários de intensa desigualdades e processos assimétricos de desenvolvimento marcados por diferenças de acesso aos serviços da cidade e uma não priorização pela remodelagem da estrutura urbana segundo necessidades das pessoas menos adaptativas ao meio (idosos, crianças, deficientes...). A busca pelo desenvolvimento social, urbanístico e da saúde para todos, caminha junto com políticas de envelhecimento saudável, combate ao ageísmo e promoção de ambientes amigáveis a todas as idades.

Palavras- Chaves:

Cidades, envelhecimento, políticas públicas

Introdução

Desde o final do século XX, diferentes esferas têm discutido o desenvolvimento de novos ambientes urbanos com enfoques nas suas áreas de maior interesse. Designações como: Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes, Cidades Saudáveis, Cidades sustentáveis e inteligentes, Cidades Amiga das Pessoas Idosas entre outras, surgiram e vem sendo trabalhadas muitas vezes de forma isolada, ignorando suas similitudes e complementariedades. Não obstante, a multiplicidade de políticas públicas pode divergir os gastos públicos do alcance das metas.

É sabido que a sociedade vive uma crise ambiental originada tanto pela pressão do crescimento populacional sobre o espaço quanto pelo modo de produção e consumo. As cidades, pelas suas próprias características, têm sido consideradas como os principais focos geradores dessa crise, visto que mais de 50% da população mundial atual vive no meio urbano e alcançará os 70% até 2050, segundo a ONU. Neste sentido, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano têm sido objeto de reflexão por parte de pesquisadores e políticos preocupados com a problemática ambiental.

Associado à explosão demográfica urbana, o envelhecimento populacional é outra realidade mundial que deve caminhar junto das decisões urbanísticas do desenvolvimento sustentável e inteligente. Até 2050, o mundo terá um quarto ou mais de sua população acima de 60 anos. Estamos falando que aqueles que hoje compõem a faixa etária de 30 anos ou mais estará provavelmente residindo no meio urbano e necessitará de ambientes mais amigáveis para habitar.

O envelhecimento é um processo natural, mas que não deve ser encarado apenas como uma decrepitude biológica. Muitas vezes o impacto social é muito mais relevante que o biológico àquele que envelhece. Ver simplesmente pelo prisma biofisiológico é desconhecer a importância dos problemas ambientais, psicológicos, sociais, culturais e econômicos que pesam sobre eles (NETTO *in* FREITAS & PY, 2016).

Sociedades envelhecendo expostas às condições socioeconômicas precárias, associadas as perdas - não raras - de autonomia e independência, a dificuldade de adaptação da pessoa idosa às exigências do mundo moderno, que o levam ao isolamento social, e o desafio de ter que enfrentar essas mudanças dentro de curto período deveria agregar alentos de mudanças. Contudo, a sociedade moderna encontra-se diante de uma situação contraditória: de um lado, defronta-se com o crescimento massivo da população de idosos, e, de outro, se omite perante a velhice ou adota atitudes preconceituosas contra a pessoa idosa, retardando destarte a implementação de ações que visam minorar o pesado fardo dos que ingressarão na terceira idade e de toda a coletividade.

A tecnologia que julgariam ser uma ferramenta de aceleração na qualidade de serviços ofertados, torna-se um empecilho quando o beneficiário não se torna usuário por falta de compreensão de seu uso.

A proposta do estudo é utilizar o enfoque das Cidades Amiga de todas as idades no desenvolvimento de soluções para o urbanismo, sustentabilidade, o uso da inteligência das tecnologias da informação e a amigabilidade ao cidadão na remodelagem das cidades.

Fundamentação e discussão

O conceito de desenvolvimento sustentável começa a ser debatido em 1987 no Relatório de Brundtland, definindo o termo como a necessidade de o atual desenvolvimento não comprometer as gerações futuras a atenderem suas demandas e necessidades (CMMAD, 1988). Historicamente o debate evoluiu em diversas agendas, estando em vigor a Agenda 2030 dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; composto por 17 objetivos dos quais destaco: 3) Saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água limpa e saneamento básico; 7) energia limpa e acessível; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) inovação e infraestrutura; 10) redução de desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis.

Estes objetivos se aproximam da concepção dos eixos trabalhados nas Cidades Amiga das Pessoas Idosas (OMS, 2007), delimitados por: habitação, participação social, respeito e inclusão social, participação cívica e emprego, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde, espaços exteriores e edifícios, e transporte. Se pudessemos unir as duas propostas, os domínios do Guia da OMS das Cidades Amigas receberiam os objetivos traçados no documento das ODS, buscando a unificação de agendas e esforços para a criação de ambientes sustentáveis e inclusivos (Fig. 1).

HABITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • 6) água limpa e saneamento básico • 7) energia limpa e acessível
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • 10) redução de desigualdades • 12) consumo e produção responsáveis
RESPEITO E INCLUSÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • 5) igualdade de gênero • 10) redução de desigualdades
PARTICIPAÇÃO CÍVICA E EMPREGO	<ul style="list-style-type: none"> • 4) educação de qualidade • 8) trabalho decente e crescimento econômico
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • 9) inovação e infraestrutura
APOIO COMUNITÁRIO E SERVIÇOS DE SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • 3) Saúde e bem-estar
ESPAÇOS EXTERIORES E EDIFÍCIOS	<ul style="list-style-type: none"> • 11) cidades e comunidades sustentáveis.
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> • 7) energia limpa e acessível • 9) inovação e infraestrutura

Fig.1 – Sugestão do autor na inclusão de alguns ODS dentro dos domínios das Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

Além da agenda 2030 dos ODS, a OMS propôs a década 2020-2030 como um período de envelhecimento saudável, ou seja, buscar aumentar junto com a expectativa de vida, também os anos vividos sem incapacidades no sentido mais amplo do que é saúde. No que diz respeito ao sistema de saúde, a estrutura de que dispomos atualmente vai na contramão da sustentabilidade, porque ainda se apoia num modelo voltado para a doença: internações, tratamentos e cura. A união de esforços para estruturação de serviços e arcabouço social dentro da sustentabilidade precisa ser uníssona.

Ao estudar e planejar uma realidade urbana deve-se observar os bens que o ambiente oferece, valores que ele estimula, população que ele reúne, estilo de vida que ele promove, sociabilidade que ele suscita, territórios que ele conforma e situação socioambiental que cria.

Em países em desenvolvimento, o crescimento desmesurado das cidades metrópoles, não consegue oferecer as condições mínimas para uma qualidade de vida adequada para uma parte da população. Os conglomerados urbanos são além de problemas sociais também a causa fundamental da crise ambiental, porque são grandes espaços de consumo com grande gasto de energia e de água e com produção de enormes quantidades de lixo (JUNGES, 2020). Nesse sentido, as cidades definem os principais determinantes da falta de sustentabilidade. O aumento da densidade populacional urbana exigiu a crescente expansão territorial das cidades, ocupando sempre mais espaços subtraídos ao ambiente natural, em habitações precárias sem saneamento básico, determinando deslocamentos quilométricos entre o lugar de moradia e de trabalho; gerando especulações imobiliárias que ampliam o abismo social.

O avanço da tecnologia propõe caminhos para tornar as cidades mais ágeis e eficientes. O conceito de cidades inteligentes (*Smart Cities*) planeja gerir a urbe para que seja lugar de crescimento econômico sustentável e melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Isso exige

que o uso das tecnologias funcione sinergicamente entre os diferentes espaços, instâncias e serviços que a cidade oferece (FELIPE, SANTOS, E MARINI, 2019). Para Garau e Pavan (2018) o sucesso da Cidade Inteligente depende da interação de três elementos essenciais: capital humano, capital social e tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Pensando exclusivamente no capital humano, quem estaria preparado para o uso da tecnologia na cidade? Qual a porcentagem da população estaria apta a tornar-se usuária desta tecnologia? Talvez um olhar anterior a tudo isso seja necessário para sustentar este tripé. A educação de qualidade, a redução de inequidades e desigualdades, alimentação, acesso à moradia e saneamento básico; são aspectos primários para a evolução de cidades analógicas para futuramente tecnológicas.

Conclusão

Partindo do princípio de que as pessoas nascem em diferentes circunstâncias, e muitas delas enfrentam males sociais que as privam de viver minimamente bem: a extrema pobreza, a privação de direitos básicos, a carência de oportunidades, a insegurança política e social, entre outras (SEN, 2005). Estas serão a fonte da heterogeneidade do envelhecimento ao longo do curso da vida. Trabalhar sobre estes fatores é desenvolver saúde social e ambiental, para um futuro envelhecimento com qualidade e liberdade. Atualmente, os países em desenvolvimento possuem uma estrutura socioambiental que não acompanhou a evolução demográfica e suas necessidades. E não estão preparados para acolher seus cidadãos envelhecidos. Essas circunstâncias resultarão em uma futura “privação de liberdade” (SEN, 2005).

O ambiente urbano está intimamente relacionado com o Direito por duas vias, sendo ao mesmo tempo determinado pelos direitos fundamentais de ter moradia digna, educação, trabalho, lazer, cultura, transporte público de qualidade, entre outros (CF, 1988), e ser um fator determinante para a efetivação destes direitos. Estudá-lo necessita uma abordagem multidisciplinar, voltando-se a atenção às dimensões construídas, sensíveis a relação social do espaço.

A criação de políticas públicas que unifiquem agendas, conceitos e propostas relacionadas à Cidade e sua população, com a busca pelo desenvolvimento social, urbanístico e da saúde para todos deve fortalecer os saberes culturais das pessoas idosas e oportunizar o protagonismo dos longevos na gestão ativa da cidade, caminhando junto com o envelhecimento saudável, combate ao ageísmo (discriminação e preconceito pela idade), e promoção de ambientes amigáveis a todas as idades.

Buscar a remodelação das cidades pelo olhar daquele que tem menor resiliência, menor condição adaptativa ao meio, é possibilitar que ele e todos os demais possam se beneficiar da liberdade de acesso ao ambiente compartilhado. Portanto, um enfoque *bottom-up* é fundamental para a estruturação de políticas inclusivas, equitativas e humanas.

Criar soluções sustentáveis e inteligentes podem ser inúteis quando não forem voltadas para quem as consomem, ou na ausência de estruturas básicas que impossibilitem sua aderência. É preciso apoiar, propor e implementar políticas que não sejam socialmente excludentes e geradoras de desigualdades na distribuição de benefícios. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2004).

Planejar uma comunidade habitável para todas as idades representa um desafio significativo e uma oportunidade incontestável para cidades do mundo todo que enfrentam um rápido envelhecimento da população (MOURA & MACIEL, 2020). Ultrapassar os rótulos de sustentabilidade e inteligência em prol da promoção do envelhecimento saudável e do *Age in place* (envelhecer no local) exigirão práticas multidisciplinares para a transformação das ações

governamentais nas determinantes comerciais e sociais da saúde da população e endossar o acesso universal a sistemas integrados de proteção social e saúde nas cidades.

De forma interacional, a autonomia do idoso (tão importante para seu *status* de cidadão) pode ser estimulada pela Cidade ou banida por ela. Com autonomia, a pessoa idosa poderá envelhecer em seu lar, gerindo sua própria vida e determinar quando, onde e como realizará as suas atividades de lazer, convívio social e trabalho (MOURA & MACIEL, 2020).

Referências

BRASIL, CF. *Constituição Federal*, 1988.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

FELIPE, A. S., SANTOS, G. D., & MARINI, M. J. (2019). *Qualidade vida nas cidades inteligentes e sustentáveis. Desenvolvimento Regional: Processos e Transformações territoriais*. Anais do IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. UNISC, Santa Cruz do Sul (RS) dias 11 a 13 de setembro de 2019.

GARAU, C., & PAVAN, V. M. *Evaluating urban quality: indicators and Assessment Tools for Smart Cities*. *Sustainability*, 10(3), 575, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10030575>.

JUNGES, J. R.. *Cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis: análise crítica a partir da Bioética urbana* - Revista Iberoamericana de Bioética, nº 13, p. 01-15, 2020.

LEFEVRE, F. & LEFEVRE, A.M.C. (2004). *Promoção de Saúde – a negação da negação*. Rio de Janeiro (RJ): Vieira & Lent.

MOURA & MACIEL, T.F. *Cidade amiga da pessoa idosa: uma utopia para a Brasília metropolitana na década do COVID-19*. *Revista do Ceam*, ISSN 1519-6968, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953318>.

NETTO, M.P. in FREITAS, E. V. & PY, L.. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 4. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

OMS. *Guia das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*, 2007.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.